SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

COORDENAÇÃO NACIONAL Conlutas DE LUTAS
Filiado à Conlutas

Terça-feira, 23 de fevereiro de 2010 - Número 371 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Sintrajud requer abono dos dias de greve no TRT-2

Greve é direito do trabalhador e serviço foi colocado em dia; trabalhador não deve ser punido por defender suas reivindicações



Jesus Carlos

Diretores do Sintrajud reunidos com o presidente do TRT-2

Nesta segunda, o Sintrajud protocolou no TRT da 2ª Região requerimento administrativo solicitando o abono dos dias parados na greve de 2009. Para o Sindicato, não existe motivo que justifique o indeferimento do pedido, já que o serviço represado durante o movimento já foi colocado em dia.

Em reunião com o presidente do TRT-2, desembargador Décio Daidone, na última quinta-feira, 18, os diretores do Sintrajud já solicitaram o abono dos dias. "Os trabalhadores do tribunal têm responsabilidade e retornaram da greve num ritmo mais intenso para dar conta do trabalho", sustentou Leica.

Além do serviço ter sido recuperado, a greve foi legítima, com prévias comunicações ao TRT e à população, convocações e assembleias regulares. "Foi um movimento nacional, antes da greve tivemos um histórico longo, com moções, negociações e paralisações parciais, só fomos à greve como último recurso", afirmou Inês de Castro, também diretora do Sindicato.

Segundo servidores, as horas extras do ano passado não foram pagas, mas "anotadas e reservadas aguardando decisão do presidente sobre os dias de greve".

Para a diretora do Sintrajud, Ana Luiza Figueiredo, "os servidores do TRT não podem ser punidos, a greve é um instrumento legítimo dos trabalhadores defenderem seus direitos". A greve acabou no dia 3 de dezembro, não interferindo no atendimento à população, durante a Semana da Conciliação, sem prejuízo ao jurisdicionado. Vale lembrar, que o TRT-2 teve a Meta 2, imposta pelo CNJ, cumprida. Isso demonstra o valor dos servidores, que deram conta do grande volume de processos, trabalhando por dois, três, colocando em risco a sua saúde, ao mesmo tempo em que precisaram lutar para garantir um reajuste.

Greve vitoriosa

A greve pelo envio do projeto de reajuste salarial ao Congresso Nacional terminou no dia 3 de dezembro, depois que o STF aprovou o projeto. No dia 11 do mesmo mês, ele foi protocolado no Congresso Nacional e recebeu o número 6613, conhecido na categoria como PCS-4.

Os servidores do Judiciário têm tradição de greve, já que os três Planos de Cargos e Salários anteriores foram conquistados com muita luta. Só no último PCS, foram quase 60 dias de greve. Na ocasião, foi feita a reposição por serviço no TRT-2. "Cada diretor de secretaria avisou a administração por e-mail quando o trabalho voltou à situação que estava antes da greve. Não se resolveu todo o atraso das secretarias, se resolveu o atraso causado pela greve", explicou Leica.

No requerimento, o Sintrajud solicita o pagamento imediato de todas as horas extras a que os servidores fazem jus.

PCS-4 já!

Sintrajud pressiona parlamentares em Brasília

A mobilização pela aprovação do PL 6613 continua. Em fevereiro, o diretor do Sintrajud e da Fenajufe Antonio Melquíades, o Melqui, esteve em Brasília, onde solicitou celeridade na aprovação do projeto aos parlamentares. A partir desta terça, 23, Melqui estará novamente na capital federal para defender o projeto em nome da categoria. Para ele, como estamos em ano eleitoral, é essencial que as negociações sejam rápidas e, para isso, solicita que toda a categoria esteja mobilizada.

Pág 3

Delegados do Luta Fenajufe debatem propostas ao Congrejufe

Pág 4

Situação crítica na Europa mostra que a crise não passou

Pág 4

Ato denuncia criminalização dos movimentos sociais



Seminário debate a Reforma do Estado e do Poder Judiciário nos dias 6 e 7 de março, na sede do Sintrajud. Veja programação em www.sintrajud.org.br

Opinião do Sintrajud

Política é sinônimo de corrupção?

Rejeitar a política parece ser um sentimento uníssono nestes tempos em que nos coube viver. Razões não faltam. É desalentador ver a maioria dos partidos políticos envolvidos em estratagemas de corrupção como os mensalões do PT e do DEM, ou de desvios técnicos, como disse o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab.

A campanha de Kassab (DEM) e de sua vice Alda Marco Antônio (PMDB) recebeu R$ 29,8 milhões, destes, R$ 10 milhões, ou 33%, foram considerados ilegais pelo Ministério Público e pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, Aloísio Silveira. Na segunda-feira (22), o TRE acatou o recurso do prefeito e suspendeu a decisão.

Entretanto, a denúncia é que grandes construtoras, que mantêm contratos com a prefeitura, e a Associação Imobiliária Brasileira (AIB), que serviria de fachada ao sindicato do setor imobiliário (Secovi), realizaram doações à campanha, o que é ilegal justamente por possuírem contratos com a prefeitura. O banco Itaú, responsável pelo pagamento de parte dos servidores da prefeitura, também contribuiu para a campanha do Democrata.

Mais um peso a favor do desalento foi a afirmação deplorável e verdadeira dos advogados de Kassab: "Por este mesmo motivo, seriam cassados desde o presidente Lula até o vereador do menor município do Brasil". Se um Presidente - tenha 80% de aprovação ou não - ou o vereador da menor cidade do país, foram financiados de forma ilegal, deveriam ser punidos.

Razões para que desacreditemos na política não faltam. Mas é preciso ter claro que nos afastar da política é exatamente o que os corruptos querem.

Existem exemplos em nosso passado recente que demonstram que é possível lutar e é possível vencer

Existem exemplos em nosso passado recente que demonstram que é possível lutar e é possível vencer. Além do emblemático exemplo, o Fora Collor, quando a população, tendo à frente a juventude, se mobilizou e derrubou o presidente, temos o recente caso do governador do DF, José Roberto Arruda. Ele foi o primeiro governador preso, desde o restabelecimento da democracia no Brasil.

Quando do escândalo do dinheiro nas meias, trabalhadores e estudantes ocuparam a Câmara dos deputados Distritais de Brasília e fizeram uma série de manifestações exigindo a saída do governador. O resultado veio com a prisão e seu afastamento do cargo.

Nós trabalhadores devemos seguir nos organizando em defesa dos nossos direitos. A verdadeira política se faz nas ruas, nas manifestações e nas ações diretas. Foi assim que derrubamos a Ditadura, o governo Collor e, só assim, poremos fim à corrupção em nosso país.

IMAGEM — AMMAR AWAD/ REUTERS



Manifestante em barreira construída por Israel no meio de uma aldeia Palestina

IDÉIAS

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Lei da violência X Lei da sobrevivência

*David Landau**

No dia 06/02, levei minha filha para assistir ao show da Beyoncé. Era o desejo dela e creio que ela gostou do presente de aniversário. O ingresso para a pista custou R$ 230, mas havia opções que alcançavam os R$ 800 ou talvez até mais do que isso. Muitos concordariam comigo em qualificar esses preços como um roubo. Outros mais conformados dirão que é o preço de qualquer show internacional com uma artista desse quilate.O fato é que a minha filha estava entre as milhares de pessoas que representavam a "procura" dessa equação econômica.

Mas esperando a minha filha na rampa de saída do espetáculo, eu tive a oportunidade de assistir outro show, um triste show. Um show que talvez não tenha chamado a atenção de meia dúzia de pessoas.

A menos de 300 metros da homo sapiens feminina Beyoncé, havia outra mulher negra. Não sei quais iguarias iria consumir no camarim o estômago da talentosa artista, eu só pude presenciar o estômago da outra mulher, o estômago que sofreu o golpe do cacetete de um policial militar da corporação paulista. Qual o crime? Tentar vender água para as pessoas que estavam saindo do estádio.

Eu estava lá, vi uma mulher, ao lado da sua caixa de isopor, chorando a se curvar, sem reação. Demorou alguns minutos até que ela conseguiu exprimir as primeiras palavras com voz de choro revoltado: "Foi bem na minha operação, quanta maldade, por que tudo isso?"

Mas lá estava a cabeça doutrinada de um policial disposto a manter a ordem. Seria possível uma cidade com mais de 10 milhões de habitantes viver sem ordem? A resposta talvez esteja nas estações de trem, nos bairros alagados. Trata-se da ordem que parte da cúpula de poderes que não são acessíveis para o honesto filho dessa senhora que apanhou vendendo água na saída do show. A mesma ordem que reprime o trabalhador que faz greve, que se manifesta contra o descaso com as enchentes, que luta pelo direito à terra ou para não ser despejado de sua casa.

Muitos podem acreditar, como eu, que a sociedade um dia vai se organizar de acordo a outra ordem, a uma ordem construída democraticamente por aqueles que dependem de salário, ou de uns trocos conquistados na saída de um show. Alguns outros podem acreditar que está certo usar a força física para garantir a ordem que vem de cima. Mas de algo eu tenho certeza: a lei da violência nunca vai derrotar a lei da sobrevivência. Depois da agressão que presenciei, continuou havendo gente vendendo água no local. Qual a ordem possível?

***David Landau é diretor de Base do Sintrajud e servidor do TRT-2**

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje:

"Com o Arruda na prisão/ comecei a acreditar/ que se essa moda pega/ o Brasil pode mudar/ é só construir mais cadeia/ proibir cueca e meia/ e o Gilmar não soltar"

José Simão, colunista do jornal Folha de S. Paulo, cantando uma marchinha de carnaval oportuna.

"Quando nasci não tinha dificuldade nenhuma. Era um país maravilhoso, vivíamos um regime socialista, todo mundo bem, todos tinham salário, todos tinham emprego. Os problemas aconteceram depois dos anos 80"

Dejan Petkovic, jogador sérvio, atual campeão pelo Flamengo, em entrevista à Ana Maria Braga, que perguntou "como foi nascer num país com tanta dificuldade".

"Em SP, você tem que se afogar e ficar calado. Se protestar, apanha da polícia"

Ronaldo Delfino, líder do Movimento pela Urbanização e Legalização do Pantanal (MULP) depois que os moradores dos bairros alagados foram reprimidos em ato na prefeitura de São Paulo.

De Ontem:

"O homem deixou de respeitar a si mesmo quando perdeu o respeito por seu semelhante."

José Saramago, escritor português.



Movimento Luta Fenajufe de São Paulo reúne seus delegados ao Congresso

As lutas pelo PCS-4, contra o congelamento salarial, pelas 6 horas, pela Carreira e a ruptura da Fenajufe com a CUT foram definidas como prioridades

Os delegados de São Paulo, que representarão a categoria no próximo Congresso da Fenajufe – Congrejufe – e que compõem o movimento Luta Fenajufe, se reuniram na sede do Sintrajud, no último sábado, debateram e definiram os principais temas a serem levados ao evento. Os delegados foram eleitos na assembleia geral, no TRE, em 12 de novembro.

Agendado para acontecer de 27 a 31 de março, em Fortaleza, o Congresso é a mais importante instância da Fenajufe, quando representantes de todo o país se reúnem para decidir os rumos das campanhas e das lutas da entidade e dos servidores de todo o país.

Neste ano, o Congresso acontecerá em meio à luta pelo PCS-4 e contra o PLP 549/10 (antigo PLS 611), que congela o salário dos servidores públicos, por isso, parte dos debates e das resoluções terá que responder às necessidades de organização e mobilização da categoria nacionalmente. Além disso, a luta pela jornada de 6 horas também estará na pauta da categoria.

O diretor do Sintrajud e da Fenajufe Melqui tem atuado em Brasília para pressionar os parlamentares a aprovarem o quanto antes o PL do PCS-4, mas ele ressalta a importância da participação da categoria para que o projeto seja aprovado. "É necessário que a categoria recomece as suas assembleias e retome a mobilização pela aprovação", afirmou o dirigente.

No Congresso também haverá uma grande disputa contra o governismo da Central Única dos Trabalhadores (CUT), central sindical à qual a Fenajufe está filiada. Os delegados do Luta Fenajufe de SP irão propor que a federação saia da central e que se inicie o debate na base da categoria sobre os rumos da reorganização. Na reunião, os delegados foram unânimes ao dizer que a CUT é o braço do governo federal no movimento sindical. "Não podemos continuar dando o dinheiro da categoria para quem vai nos atacar, por isso vamos levar o debate sobre a desfiliação da CUT ao Congresso", disse Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud e servidora do TRF.

Um dos mais recentes ataques do governo Lula contra os servidores, que conta com o apoio da CUT, é o imposto sindical, que representa o confisco de um dia de trabalho dos servidores com a intenção de atrelar os sindicatos ao governo. Na opinião de Cléber Borges Aguiar, diretor do Sintrajud, a cobrança deste imposto será um meio de acabar com a autonomia do movimento sindical. Por isso, também vamos levar ao Congresso a luta contra ele", enfatizou.



J.C.

Servidores elegem delegados ao Congrejufe e votam greve em 12 de novembro de 2009

Crise econômica

Na reunião, foram apresentadas e debatidas três teses que vão subsidiar o debate no Congresso. Todas concordam que a crise econômica é grave, não passou e que o governo tenta jogá-la nas costas dos trabalhadores, com demissões e retirada de diretos.

Para os delegados, o fato de o governo ter aprovado no Senado o PLS 611 (na Câmara como PLP 549/10) demonstra que Lula não está ao lado dos trabalhadores e sim, aplicando a mesma política econômica de FHC.

Democracia na Fenajufe

A Fenajufe é composta majoritariamente por um setor governista que, muitas vezes, impede as lutas da categoria. Mas é preciso lembrar que ela foi construída ao longo dos anos com esforço e dedicação para unificar as reivindicações e lutas dos servidores. Hoje, o problema está no desrespeito às decisões da categoria. Os delegados consideram fundamental que as instâncias democráticas da Fenajufe funcionem e sejam respeitadas.

Carreira e Assédio Moral

Os delegados de São Paulo saíram da reunião com a convicção de que somente o PCS não resolve os problemas da categoria e que é preciso retomar o debate sobre o Plano de Carreira. "Foi fundamental indicar que o debate da carreira segue sendo assunto importante pra nós, para além da revisão salarial", afirmou Leica Silva, diretora do Sintrajud e servidora do TRT.

O debate sobre carreira também será uma forma de se abordar o assédio moral, que a cada dia se torna mais comum no mundo do trabalho e no Judiciário.

Avaliando a reunião, Leica destaca que o debate democrático é sempre positivo e defende: "há a necessidade de os sindicatos e oposições do Luta-Fenajufe se manterem unidos, ampliando o debate das diversas propostas para enfrentar os desafios que vêm pela frente e exigirão bastante de nós".

Cresce o movimento Luta Fenajufe

O movimento Luta Fenajufe reúne servidores e sindicatos do Judiciário Federal e do MPU de diversos estados do país. Tem por principal objetivo lutar pelo fortalecimento da federação nacional da categoria, a Fenajufe, através do resgate da sua tradição de luta e atuação de forma independente de governos, administrações e partidos.

"Este movimento nasceu da constatação de que os setores majoritários que dirigem a federação, ligados ao governo Lula, já não agem assim", disse Cláudio Klein, diretor da Fenajufe, de base do Sintrajud e um dos coordenadores deste movimento.

Notas

Solidariedade ao Haiti

Na reunião de sábado, foi exibido um vídeo sobre a história do Haiti, suas lutas e as intervenções sofridas desde a independência do país no século XIX. Foi reforçado o chamado aos servidores a contribuírem com o Batay Ouvriey, uma organização irmã que está recebendo as doações feitas pela Conlutas e pelos sindicatos a ela filiados.

Quem quiser contribuir com a Campanha de Solidariedade ao Haiti, pode fazer o depósito em:

Favorecido: Coordenação Haiti
Banco do Brasil
Agência: 4223-4
Conta: 8844-7

Convênio Pós-graduação na Baixada

Associados ao Sintrajud têm 22% de desconto no curso de pós-graduação lato sensu "Teorias da Justiça", no Centro de Estudos Filosóficos de Santos. O curso acontece aos sábados, das 7h30 às 18h30. Informações no endereço http://www.paradigmas.com.br/cursos/pos2010/ ou pelo telefone (13) 3019-5025.

Curso de teatro tem início no dia 16 de março

O tradicional curso de teatro do Sintrajud retoma as aulas no dia 16 de março, terça-feira, às 20h. O curso é aberto a todos os interessados e acontece no auditório do Sindicato. Para participar, basta comparecer no horário da aula. O curso teve início em 2008, ministrado pelo diretor teatral Jairo Maciel e foi nas aulas que nasceu o grupo de teatro do Sintrajud Erga Omnes.

Aulas de dança

As aulas de dança do Sintrajud serão retomadas no dia 03 de março, quarta-feira, às 17h. Apesar de haver um grupo de entusiasmados aposentados na dança, as aulas são abertas à toda categoria.

Internacional

Crise econômica sacode a Europa e joga por terra o discurso do "já passou"

Para sociólogo, as medidas de estabilização jogam a fatura da crise nas costas dos trabalhadores

A situação econômica de países europeus tem preocupado os mercados financeiros do mundo. Na tentativa de acalmar os investidores, economistas e chefes de Estados dizem que não permitirão que a crise se alastre.

A solução do problema, entretanto, parece estar mais longe do que se imagina. Quando começou a crise, em 2008, vários países deram aos investidores mais de US$ 13 trilhões, aumentando o endividamento público. Agora, com a fatura chegando, a periferia da Europa sinaliza a sua incapacidade de saldar as dívidas.

A Grécia tem a situação mais crítica entre Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha, chamados de PIIGS (Porcos), com um déficit orçamentário de mais de 12% do PIB, em 2009, e sua dívida pública superando os 300 bilhões de euros (cerca de R$ 750 bilhões). "Isso representa mais de 110% do PIB do país", diz Daniel Romero, professor do Instituto Latino Americano de Estudos Sócio-Econômicos (Ilaese).

Mestre em sociologia pela Unicamp, Romero afirma que os investidores temem a contaminação dos outros 16 membros da zona do euro. "Países menos afetados estudam disponibilizar recursos para impedir que os periféricos quebrem, utilizando a mesma alternativa que fizeram com as empresas no começo da crise", explica.

Plano de Salvação?

O "Plano de Salvação", divulgado pelo governo grego prevê o aumento da idade mínima a aposentadoria, corte de 10% nos benefícios e a previsão de redução na renda de até 5%.

Segundo o sociólogo, o partido que está no poder desde outubro de 2009, Pasok, venceu as eleições prometendo se opor à proposta de congelamento de salário realizada pelo então governo da Nova Democracia. Também prometeu aumento da tributação do grande capital e acabar com as evasões fiscais. "No entanto, em menos de 100 dias, o novo governo demonstrou as suas intenções", destaca.

Mobilização e manifestações populares

Com o anúncio dessas medidas, começaram as mobilizações populares e "apesar das traições das lideranças sindicais do partido governista, Pasok, os atos contrários ao pacote de estabilização têm se intensificado", afirma Romero.



Na Grécia eclodem greves contra planos do governo, que retiram direitos dos trabalhadores

Flickr.com/ solidnet

Servidores públicos ficaram acampados em frente ao parlamento por semanas e no último dia 10/02 realizaram uma greve geral, com adesão de setores de saúde, educação, transporte aéreo, segurança entre outros.

O setor privado marcou uma greve geral para o dia 24 de fevereiro, que deverá contar com o setor público, e pequenos agricultores rurais se enfrentam com o governo bloqueando mais de 30 das principais estradas do país, exigindo subsídios para a produção. "A resposta do Pasok tem sido reprimir todas as manifestações com muita violência, tornando a situação política ainda mais instável", disse o professor.

Lutar não é crime

Ato denuncia criminalização dos movimentos sociais

Trabalhadores rurais são presos por defender reforma agrária

Sete trabalhadores rurais do MST, da região de Iaras, permaneceram 14 dias sob prisão preventiva. O anúncio de soltura foi feito pelo dirigente do MST Gilmar Mauro no ato, na Faculdade de Direito da USP, que exigia, justamente, a libertação imediata dos presos e presas políticos do movimento. Apesar da liminar de soltura, eles continuam réus.

O ato, organizado pelo Comitê pela Libertação dos Presos Políticos do MST e contra a Criminalização dos Movimentos Sociais, no dia 10, contou com a participação de mais de 300 pessoas, entre militantes, sindicalistas, parlamentares e apoiadores da luta pela reforma agrária no país.

Plínio de Arruda Sampaio, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), disse que "as terras brasileiras estão sendo entregues às multinacionais que querem criar aqui uma economia de exportação de quatro produtos: soja, carne bovina, etanol e celulose, e isso exige uma escala de produção maior". De acordo com ele, são conglomerados que vão controlar a produção brasileira e por isso a reforma agrária está parada e os militantes que lutam em sua causa estão sofrendo a intensificação da repressão.

Enquanto centenas de militantes do MST têm sofrido processos e até assassinatos (o último foi Eltom Brum, em agosto de 2009), os participantes do ato denunciaram que a grilagem da área da Cutrale, que é da União, não foi sequer questionada. O INCRA tem mais de 50 ações contra a Cutrale. Além disso, muitos casos impunes foram citados, como por exemplo, o Eldorado dos Carajás. Por isso, o mundo, segundo Plínio, estaria invertido, já que trabalhador rural vai para o banco dos réus por defender justiça social.

Repressão antiga

Mas o processo de criminalização dos movimentos não é recente. Gilmar Mauro contou que as terras griladas pela Cutrale foram adquiridas em 1909 pelo governo federal para assentamento de imigrantes. Em 20 de novembro de 1996 lá teve início o assentamento Zumbi dos Palmares, com 400 famílias. Até que em meados do ano 2000, os assentados que já estavam produzindo nas terras sofreram um despejo violento, e tratores destruíram as plantações.

"Não é a primeira vez que somos criminalizados, outros movimentos na história do país sofreram o mesmo processo", disse Mauro, relembrando Canudos. No final do Século 19, o movimento popular foi acusado de querer a volta da monarquia. "Isso justificou a ação do exército para aniquilar o movimento, ocorre sempre um processo de estigmatização para depois a repressão agir com contundência", afirmou.

No caso da ocupação das terras da fazenda Capim, utilizada pela Cutrale, em outubro do ano passado, Mauro explicou como os meios de comunicação ajudaram nesse processo de estigmatização. "Tenta-se atribuir uma imagem de criminoso para o militante, tal a dramaticidade que se deu".

No entanto, Gilmar Mauro destacou que o MST só está defendendo o cumprimento da



Sintsep-PA

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000

Encarte Especial

Ações judiciais do Sintrajud

Sindicato é representante legítimo da categoria

Entidade atua nas lutas políticas por salários e direitos e oferece atendimento judicial a todas as questões relacionadas à vida funcional do servidor

Neste ano, o Sintrajud completa 15 anos. Quem chega agora dificilmente sabe as inúmeras lutas que essa categoria, junto com o Sindicato, realizou para que o servidor tivesse uma vida mais digna. Através de mobilizações nacionais, a categoria conquistou três planos de cargos e salários e está na batalha pelo quarto. Prossegue ainda a luta por um plano de carreira que valorize o serviço e o trabalhador público. O Sindicato se orgulha de todas as vitórias, e tem a plena consciência de que esse é o papel de uma entidade classista de luta: atuar em defesa dos trabalhadores.

Trata-se de uma batalha política. Se a situação está melhor hoje, é porque muitos servidores se uniram, participaram de inúmeras assembleias, atos, paralisações e exerceram seu direito de greve. Este direito, porém, assim como muitos outros, está ameaçado. O PL 4497/01 ataca o direito de greve, o PLP 248/98 prevê demissão do servidor por insuficiência de desempenho, o PLS 611, já aprovado no Senado, em trâmite na Câmara como 549/09, prevê o congelamento dos salários do funcionalismo por dez anos, entre outros projetos.



NONON

Servidores na JF-Santos durante a greve de 2009

Além desses ataques, o governo federal desrespeita sucessivamente a data-base do funcionalismo e busca aplicar reajustes que privilegiam gratificações e não o vencimento básico, quebrando a paridade entre ativos e aposentados.

E por fim, o ritmo de trabalho imposto ao servidor é cada vez mais intenso, a exemplo das políticas produtivistas de metas, como a recente Meta 2. Com o acúmulo de processos, o aumento da pressão por diversos meios, além da ausência de uma política de recursos humanos, o trabalhador fica cada vez mais suscetível a doenças ocupacionais (doenças psíquicas também podem ter relação com o trabalho, ou seja, ser considerada ocupacional), que vêm aumentando ano a ano.

Por tudo isso, é essencial para o trabalhador poder contar com um Sindicato que o defenda e resguarde seus direitos. O Sintrajud é o representante legítimo da categoria. Além de atuar nas lutas políticas, a entidade garante ao trabalhador a ampla defesa nas questões jurídicas, com a proposição de ações que beneficiam a categoria.

Jurídico estruturado garante resgate de direitos

Com corpo de advogados em sua sede e assessoria em Brasília, departamento realiza cerca de dois mil atendimentos mensais

Além de contar com um departamento estruturado em sua sede, localizada no centro da capital paulista, o Sintrajud dispõe de uma assessoria jurídica em Brasília. Somente no mês de novembro de 2009, foram feitas 1.447 consultas telefônicas sobre andamento de processos, dúvidas e orientações, 556 atendimentos via e-mail e 296 atendimentos presenciais com os advogados da entidade.

Atualmente o Sindicato patrocina mais de duas mil ações em defesa dos servidores. São ações coletivas, plúrimas (que envolvem grupos de servidores), mandados de injunção, requerimentos para obtenção de benefícios, defesa em processos administrativos e sindicâncias. Além disso, a entidade patrocina ações individuais relacionadas à vida funcional do servidor, desde questões ligadas ao assédio moral até obtenção de índices não concedidos pelo governo federal.

Somente quem é filiado à entidade faz parte das ações judiciais do Sindicato, sem qualquer custo.

Conheça as recentes decisões favoráveis aos servidores

Veja algumas ações coletivas, plúrimas e individuais ganhas pelo Sintrajud, além de requerimentos protocolados diretamente nas Administrações

Quintos

Em agosto do ano passado saiu a segunda decisão favorável sobre os quintos. O recurso interposto pela União, contestando a primeira decisão obtida em março, foi negado. A União deverá atualizar as parcelas de 'quintos' incorporados até 04/09/2001, incluir nas remunerações as VPNÌ´s relativas aos 'quintos' incorporados e pagar as diferenças, inclusive com os reflexos sobre férias e 13º salários. As diferenças deverão ser corrigidas, acrescidas de juros de mora de 6% ao ano.

13,23%

A ação dos 13,23% foi ganha em 1ª Instância. Os 3.185 servidores sindicalizados que autorizaram o Sindicato a promover a ação em seus nomes terão direito ao reajuste de remuneração no índice correspondente à diferença entre os 13,23% e o índice que receberam a partir de 01/05/2003, após o trânsito em julgado. Na decisão, a União é condenada ao pagamento das diferenças remuneratórias nas parcelas vencidas e vincendas, com o acréscimo de correção monetária e juros.

Reenquadramento

O Sindicato garantiu a suspensão do pagamento dos valores recebidos pelos servidores do TRE pagos a mais, quando foram reenquadrados. A ação solicitava que os servidores não fossem penalizados tendo que devolver valores recebidos de boa-fé. De acordo com a decisão, "a cobrança não é cabível, haja vista ser pacífica a jurisprudência no sentido de que a verba recebida de boa-fé por servidor público não é passível de devolução"

Aposentadoria integral

O Sintrajud conseguiu, por meio de um requerimento administrativo, a revisão de aposentadoria integral por invalidez de servidor do TRE, onde foi assegurado o enquadramento do benefício e do cálculo pelas regras da EC 20/98, o pagamento retroativo à data da aposentadoria e das diferenças do cálculo tratado. Mesmo a aposentadoria sendo formalizada em julho de 2005, na vigência da EC 41/03, os requisitos necessários para a sua concessão aconteceram em 2001. Com a vitória, o valor da aposentadoria do servidor é igual ao seu último salário quando estava na ativa e as correções serão feitas sempre na data e pelo mesmo índice do reajuste dos servidores da ativa.

Aposentadoria especial

Decisão favorável em ação do Sintrajud garantiu a aposentadoria especial para um servidor que exerceu atividade insalubre. Trata-se de uma ação individual, onde o trabalhador teve reconhecida a contagem de tempo especial para a aposentadoria. No período, o servidor trabalhava no setor privado com exposição a agentes de risco. No momento de se aposentar a Administração não considerou a contagem especial. Assim, ele continuou trabalhando, enquanto já poderia ter se aposentado. O servidor recebeu indenização por conta disso, equivalente aos salários dos quatro anos em que trabalhou a mais.

Abono de permanência

Em resposta à ação ajuizada pelo Sindicato, liminar determinou o afastamento da cobrança de imposto de renda sobre o abono de permanência. Os valores retroativos só poderão ser recebidos após o trânsito em julgado da decisão final definitiva de mérito. Eles poderão chegar a dez anos ou desde a vigência da EC 41/03, a depender da época em que o servidor começou a receber o abono.

Agente de Segurança

O Jurídico do Sintrajud garantiu que um agente de segurança recebesse os valores de sua FC-2, retroativos ao período de um ano e meio. No início de 2004, um Técnico Judiciário (Especialidade Segurança e Transporte) passou a exercer a função de Auxiliar-Especializado (cargo comissionado), quando deveria receber os valores equivalentes a uma FC-2. Entretanto, não foi isso que aconteceu na época.

Desvio de função

O Sintrajud já garantiu em diversos casos o direito à diferença entre a remuneração de servidores que se encontram em desvio de função. A matéria está pacificada nos tribunais superiores. Os servidores do Judiciário Federal que em desvio de função para cargos melhor remunerados têm o direito à diferença do valor pago para o cargo no qual foi enquadrado e aquele em que foi desviado, enquanto durar a sua permanência na função.

Licença-maternidade

O Sindicato garantiu licença-maternidade de 180 dias para servidora do TRT que adotou uma menina recém-nascida. O pedido foi feito pelo departamento jurídico do Sintrajud, pois o TRT havia concedido à servidora uma licença de apenas 90 dias, prorrogados por mais 45. Em sua decisão, a juíza sustentou que o direito à licença de 180 dias é tão necessário à mãe biológica quanto à adotante.

IR sobre 11, 98%

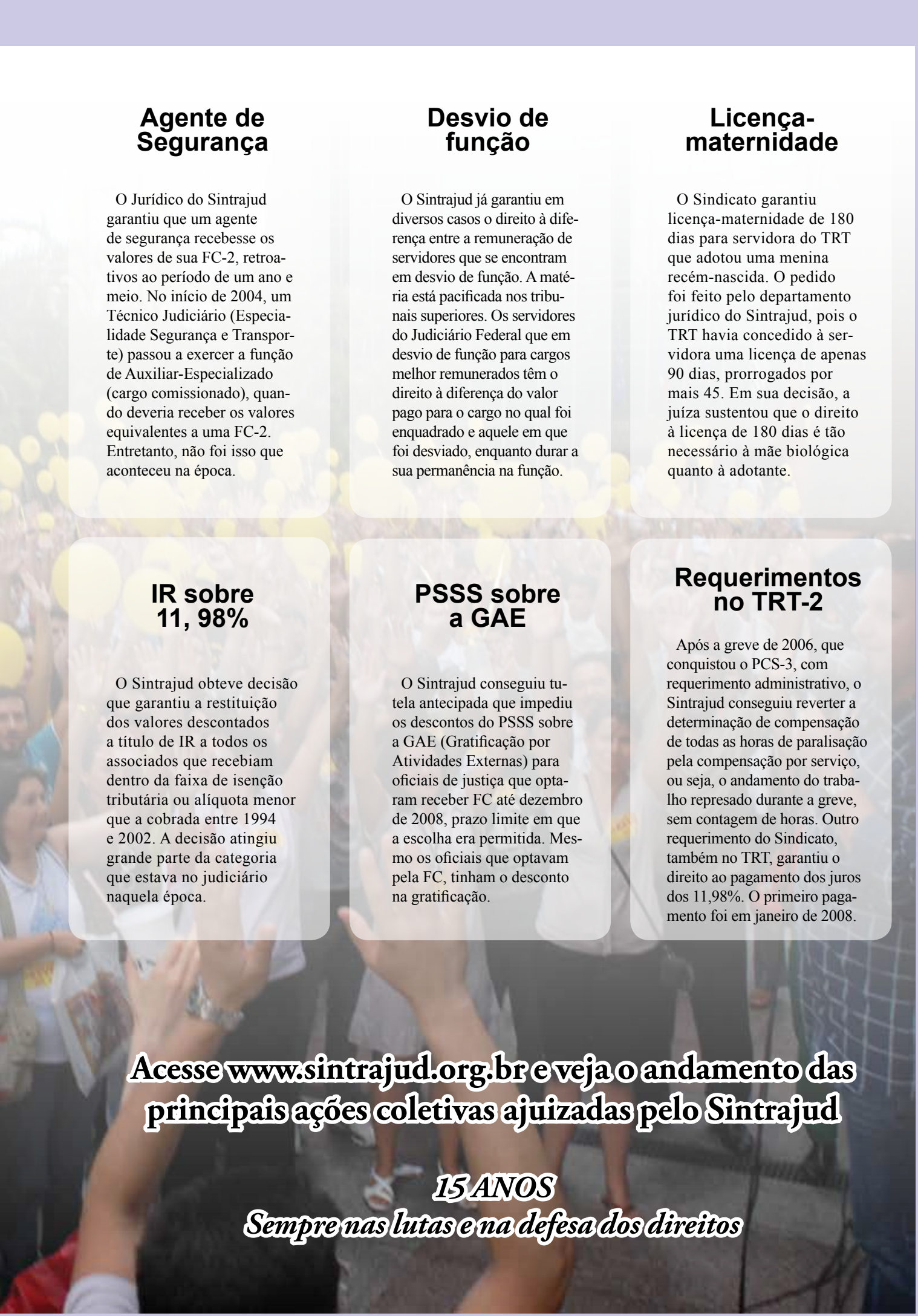
O Sintrajud obteve decisão que garantiu a restituição dos valores descontados a título de IR a todos os associados que recebiam dentro da faixa de isenção tributária ou alíquota menor que a cobrada entre 1994 e 2002. A decisão atingiu grande parte da categoria que estava no judiciário naquela época.

PSSS sobre a GAE

O Sintrajud conseguiu tutela antecipada que impediu os descontos do PSSS sobre a GAE (Gratificação por Atividades Externas) para oficiais de justiça que optaram receber FC até dezembro de 2008, prazo limite em que a escolha era permitida. Mesmo os oficiais que optavam pela FC, tinham o desconto na gratificação.

Requerimentos no TRT-2

Após a greve de 2006, que conquistou o PCS-3, com requerimento administrativo, o Sintrajud conseguiu reverter a determinação de compensação de todas as horas de paralisação pela compensação por serviço, ou seja, o andamento do trabalho represado durante a greve, sem contagem de horas. Outro requerimento do Sindicato, também no TRT, garantiu o direito ao pagamento dos juros dos 11,98%. O primeiro pagamento foi em janeiro de 2008.



Acesse www.sintrajud.org.br e veja o andamento das principais ações coletivas ajuizadas pelo Sintrajud

15 ANOS

Sempre nas lutas e na defesa dos direitos

Novos servidores podem se beneficiar de mandados de injunção já impetrados

Aposentadoria especial e revisão geral anual dos salários são alguns deles

O Sintrajud impetrou no Supremo Tribunal Federal alguns Mandados de Injunção. Trata-se de um remédio-garantia constitucional, onde o Sindicato busca resgatar direitos constitucionais que não estão sendo cumpridos. No ano passado, foram impetrados MI sobre aposentadoria especial. Eles solicitam a contagem de tempo reduzida para os portadores de necessidades especiais, agentes de segurança, oficiais de justiça e servidores que trabalham em condições insalubres ou de periculosidade.

A Constituição Federal garante a aposentadoria especial para pessoas que trabalhem em condições especiais e atividades de risco. Para esses trabalhadores o tempo de serviço exigido para aposentadoria é reduzido.

Outro mandado de injunção recentemente impetrado pelo Sindicato requer a revisão anual da remuneração de seus filiados. A ação pretende recuperar os valores acumulados desde janeiro de 1995, quando houve a última revisão.

A solicitação baseia-se no artigo 37, da Constituição Federal, que assegura a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Como parâmetro, solicita-se a aplicação do maior índice de variação inflacionária, a exemplo do ICV-DI, INPC-IBGE, IPCA-IBGE, entre outros, bem como a suplementação das supostas revisões gerais concedidas em janeiro de 2002 (3,5%) e janeiro de 2003 (1%).

Todos os associados ao Sintrajud serão beneficiados em todos os Mandados de Injunção. Quem ainda não é filiado, deve fazê-lo o quanto antes para participar, sem qualquer custo. Mais informações, ou dúvidas, procure o Departamento Jurídico das 9h às 18h.

Ficha de filiação

Nome completo:
Órgão: _____
Setor: _____
Registro funcional: _____
Telefone: _____
Ramal: _____
E-mail: _____
_____

_____, de _____ de 2010.

_____
ASSINATURA

Venho por meio deste autorizar o desconto em folha de pagamento de mensalidade como associado no valor correspondente a 1% (um por cento) de sua remuneração bruta.